

### PARECER Nº 332-B/2017 – NCI/SESMA

INTERESSADO: Núcleo de Contratos

FINALIDADE: Manifestação quanto a analise da minuta do Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 341/2014.

### **DOS FATOS:**

Chegou a este Núcleo de Controle Interno, para manifestação, Processo Administrativo nº 1440423, encaminhado pela Núcleo de Contratos, referente à solicitação de celebrar aditivo ao Contrato nº 341/2014 - SESMA.

# DA LEGISLAÇÃO:

Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

### **DA PRELIMINAR:**

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos arts. 31 e 74 da Constituição Federal, no art. 15, caput e § 2ª da Lei Orgânica do Município de Belém e no art. 3º, parágrafo único, letra "b" e "c" do Decreto nº 74.245 de 14 de fevereiro de 2013, art. 10, parágrafo único e art. 11 da Lei nº 8.496, de 04 de janeiro de 2006 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão, cumpre-nos lembrar que a consulta, sempre que possível, deverá vir instruída com parecer do Núcleo de Assessoria Jurídica da secretaria, o que foi anexado no caso concreto, a fim de dar subsídios à manifestação deste Núcleo de Controle. Visando a orientação do Administrador Público, mencionamos, a seguir, os pontos anotados no curso dos exames que entendemos conveniente destacar.

# DA FUNDAMENTAÇÃO:

A análise em tela, quanto aos termos da Minuta do Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 341/2014 – SESMA, ficará estritamente dentro dos parâmetros fixados pela Lei nº 8.666/93, motivo pelo qual, como suporte legal do presente parecer, transcrevemos o seguinte fundamento Legal:

Art. 57, §1°, I da Lei n° 8.666/93: Capítulo III DOS CONTRATOS SeçãoI Disposições Preliminares

(...)

*Art.57.* A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos:



Tel: (91) 3236-1608/98413-2741



### PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_\_

*(...)* ".

§ 10 Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

Conforme observa-se a prorrogação da vigência é admitida desde que enquadra na situação prevista na norma legal, e que justificada por escrito devidamente autorizada pela autoridade competente. Observou-se que o fiscal técnico manifestou-se a favor da prorrogação do referido contrato, atendendo assim as exigências legais quanto a justificativa.

O Núcleo de Engenharia e Arquitetura- NEA/SESMA, através do MEMORANDO Nº 164/2017–NEA/SESMA, solicitou aditivo de prazo da obra de Construção da UPA MARAMBAIA por mais 12(doze) meses. De acordo com as justificativas contidas no Ofício nº 820/GABS/SESMA encaminhado pelo Secretário Municipal de Saúde a Sr. Coordenadora Geral de Urgência e Emergência-CGUE, solicitando a prorrogação de prazo para a entrega da obra em 12 meses.

Conforme análise nos autos, constatou-se que a minuta do termo aditivo ao contrato nº 341/2014 foi devidamente analisado pelo Núcleo Setorial de Assessoria Jurídica, conforme termos do parecer nº 1341/2017 – NSAJ/SESMA, atendendo assim os preceitos contidos no parágrafo único, do art. 38, da Lei nº 8.666/93.

Diante da análise da minuta do Sexto Termo Aditivo ao Contrato, foi constatado que as clausulas atendem as exigências do art. 55 da Lei nº 8.666/93, tais sejam: a origem, a fundamentação legal, objeto do termo aditivo (prorrogação por mais 12 meses), publicação no Diário Oficial do Município e do registro no TCM.

## **CONCLUSÃO:**

No transcorrer dos trabalhos de analise do Processo em referencia, conclui-se, sinteticamente, que a minuta do Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 341/2014, **ENCONTRA AMPARO LEGAL**.

Para os devidos fins junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Para, nos termos do §1°, do art. 11, da Resolução nº 11.410/TCM, de 25 de fevereiro de 2014, face à correta aplicação dos ditames da Lei nº 8.666/93, considerando que fora analisado integralmente o referido processo, pelo que declaramos que o processo encontra-se **EM CONFORMIDADE**, revestido de todas as formalidades legais, na fase interna, de habilitação, julgamento e publicidade, portanto o Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 341/2014 – SESMA, encontra-se apto a ser celebrado e a gerar despesas para a municipalidade.



E-mail: <a href="mailto:sesmagab@gmail.com">sesmagab@gmail.com</a>
Tel: (91) 3236-1608/98413-2741



## **MANIFESTA-SE:**

- a) Pela apresentação das Certidões de Regularidade Fiscal e trabalhista atualizadas da empresa contratada;
- b) Pelo **DEFERIMENTO** da solicitação do requerente, para celebração do Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 341/2014 com a empresa SHIT ENGENHARIA E EMPREENDIMENTO LTDA.
- c) Pela publicação do extrato do Termo Aditivo no Diário Oficial do Município, para que tenha eficácia, nos termos do art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

É o nosso parecer salvo melhor entendimento.

Belém/PA, 31 de julho de 2017.

ÉDER DE JESUS FERREIRA CARDOSO

Coordenador Núcleo de Controle Interno - NCI/SESMA



E-mail: <u>sesmagab@gmail.com</u> Tel: (91) 3236-1608/98413-2741